

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.789 - RS (2019/0304386-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : ELDER BALARINE NUNES
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com amparo no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo respectivo Tribunal de Justiça, assim ementado:

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. AFASTAMENTO DE CONDIÇÕES PROPOSTAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. FACULDADE DO MAGISTRADO. POSSIBILIDADE, NO CASO DOS AUTOS.

O § 1º do Art. 89 da Lei 9.099/95 arrola as condições obrigatórias que devem constar na proposta pelo Ministério Público. No ponto, há ressaltar que a proposta de suspensão, com as condições obrigatórias, pode ser apresentada pelo *Parquet* sempre que entender preenchidos os requisitos legais previstos no Art. 89, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Por sua vez, o Art. 89, § 2º, da mesma lei, estabelece que o juiz não está adstrito às condições estipuladas nos incisos do § 1º da referida Lei, podendo ele subordinar a suspensão a medidas outras que achar mais adequadas.

Nada impede, contudo, que o Ministério Público inclua outras condições, além daquelas obrigatórias, na proposta de suspensão, todavia pode fazê-lo como forma de sugestão, pois que compete ao juiz a especificação de outras condições. E, havendo a inclusão de condições não elencadas na lei na proposta apresentada pelo *Parquet*, o juiz deve fazer a análise do seu cabimento no caso concreto.

No caso dos autos, analisando as condições sugeridas pelo Ministério Público na proposta de suspensão condicional do processo, o juízo singular entendeu por afastar a condição prevista no item "c" da proposta (prestação de serviços à comunidade ou prestação pecuniária), não havendo qualquer impropriedade em tal afastamento, pois que se trata de faculdade do Magistrado quando da análise do caso concreto.

RECURSO DESPROVIDO. POR MAIORIA." (e-STJ, fls. 44-45.)

O recorrente aponta ofensa ao artigo 89, § 2º, da Lei nº 9.099/95.

Alega, em suma, que "o juízo não fica adstrito à proposta Ministerial, podendo alterá-la, consoante previsão expressa do artigo 89, parágrafo 2º, da Lei nº 9.099/95. Não obstante, a alteração deve ser adequadamente fundamentada, afastando-se

Superior Tribunal de Justiça

apenas as condições desproporcionais ou impertinentes, o que não é o caso dos autos, pois do contrário, o magistrado estará ingressando na atividade do Promotor de Justiça, tal como ingressou na decisão ora atacada" (e-STJ, fls. 68).

Sustenta que "constatada a ausência de motivação para a manutenção da decisão que retirou a prestação social alternativa das condições da suspensão condicional do processo proposta pelo Ministério Público, imperativo é o provimento da presente irresignação especial, ao efeito de cassar o acórdão recorrido, determinando a prolação de outro, com a análise concreta dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade das medidas alternativas que foram rejeitadas na origem" (e-STJ, fls. 69-70).

Requer seja "seja admitido o presente recurso especial e, ao final, seja integralmente provido nessa Superior Instância" (e-STJ, fls. 70).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 77-82).

Admitido o recurso (e-STJ, fls. 109-115), ascenderam os autos a este Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (e-STJ, fls. 130-133).

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal merece amparo.

Consoante se verifica dos autos, a sentença, ratificada pelo Tribunal *a quo*, afastou das condições elencadas pelo *Parquet*, por ocasião da proposta da suspensão condicional do processo, quais sejam, a possibilidade do recorrido efetuar prestação pecuniária à entidade beneficente, ou prestação de serviços à comunidade.

A propósito, confira o seguinte trecho extraído da decisão de primeiro grau:

"Ofertada a denúncia, o Ministério Público propôs a suspensão condicional do processo, e, dentre as condições legais, também é proposto o alcance de determinada quantia a entidade beneficente ou sejam prestados serviços à comunidade.

Ocorre que da leitura conjugada do artigo 89, *caput*, e dos parágrafos 1º e 2º do mesmo artigo, ao Ministério Público é atribuído tão somente especificar as condições legais, ou seja, a reparação do dano (salvo impossibilidade de fazê-lo), proibição de frequentar determinados lugares, proibição de ausentar-se da comarca onde reside sem autorização do juiz e comparecimento pessoal e obrigatório em juízo para informar e justificar suas atividades.

Qualquer outra condição diferente daquelas acima elencadas somente pode ser estabelecida pelo Juiz, e não pelo Ministério Público, como claramente dispõe o § 2º do artigo 89 da Lei 9.099/95.

Não podem, por expressa limitação legal, estar incluídas no rol das condições previstas. No máximo devem constar a título de sugestão.

Outrossim, prestação de serviços à comunidade ou pagamento de prestação pecuniária são consideradas adiantamento da pena, e, especificamente na segunda hipótese, também, um *bis in idem* com relação à reparação do dano.

Neste sentido, apenas para exemplificar, as decisões proferidas no Recurso em Sentido Estrito de nº 70023244825, e Habeas Corpus nº

Superior Tribunal de Justiça

70028438166 e 71001989482.

Por fim cito precedente do Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema, no HC 45.991, julgado em 15 de maio de 2014:

(...)

Por todo o exposto, recebo a denúncia e excluo das condições apresentadas pelo Ministério Público a prestação pecuniária em prol de entidade beneficente e/ou prestação de serviços à comunidade.

Designo audiência para proposta de suspensão condicional do processo para o dia 24/07/2018, Às 16h25min."(e-STJ, fls. 3-4).

Conforme preceitua o § 2º do art. 89 da Lei n. 9.099/1995, é facultado ao magistrado estabelecer outras condições para a suspensão condicional do processo, além das previstas nos incisos I a IV do § 1º do art. 89 da legislação de regência, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

Com efeito, a Terceira Seção deste Tribunal, no julgamento do REsp n. 1.498.034/RS, da relatoria do Ministro Rogerio Schietti Cruz, pelo rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, consolidou entendimento de que não há óbice a que se estabeleçam, no prudente uso da faculdade judicial disposta no art. 89, § 2º, da Lei n. 9.099/1995, obrigações equivalentes, do ponto de vista prático, a sanções penais (tais como a prestação de serviços comunitários ou a prestação pecuniária), mas que, para os fins do *sursis* processual, se apresentam tão somente como condições para sua incidência.

A propósito:

"PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. 1. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. IMPOSIÇÃO DO PERDIMENTO DA FIANÇA COMO CONDIÇÃO. LEGALIDADE. PRECEDENTES. 2. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

1. Conforme jurisprudência desta Corte, o Magistrado pode fixar outras condições para a suspensão condicional do processo, além das obrigatórias previstas no art. 89, § 1º, da Lei n. 9.099/1995, desde que haja adequação ao fato e à situação do acusado, o que autoriza, portanto, a imposição do perdimento da fiança, a título de prestação pecuniária.

2. Recurso em habeas corpus não provido."

(RHC 66.278/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 30/03/2016.)

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. OMISSÃO DE SOCORRO E EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA OU DE SERVIÇOS À COMUNIDADE, OU FREQUÊNCIA A GRUPOS DE DEPENDENTES QUÍMICOS E REALIZAÇÃO DE CURSO DE RECICLAGEM PARA MOTORISTAS. LEGITIMIDADE DAS CONDIÇÕES. INTELIGÊNCIA DO § 2º DO ARTIGO 89 DA LEI 9.099/1995. ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE DAS MEDIDAS. ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. DESPROVIMENTO DO RECLAMO.

Superior Tribunal de Justiça

1. Além daquelas obrigatórias, previstas nos incisos do § 1º do artigo 89 da Lei 9.099/1995, é facultada a proposta, pelo Ministério Público, bem como a imposição, pelo magistrado, de outras condições para a concessão da suspensão do processo, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado, em estrita observância ao princípio da proporcionalidade.

2. A prestação pecuniária ou de serviços à comunidade, ou a frequência a grupos como alcoólicos anônimos e a realização de curso de reciclagem para motoristas, constituem legítimas condições do sursis processual, nos termos do artigo 89, § 2º, da Lei 9.099/1995.

3. Recurso desprovido."

(RHC 47.279/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 26/11/2015.)

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ART. 89 DA LEI N. 9.099/1995. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. OBRIGAÇÕES EQUIVALENTES A PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. POSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Na suspensão condicional do processo, positivada no art. 89 da Lei n. 9.099/1995, o exercício do *ius accusationis* é suspenso com o propósito de evitar-se as cerimônias degradantes do processo, a condenação e, por conseguinte, a sanção penal correspondente ao crime imputado ao réu. E, por constituir-se em acordo processual, as partes são livres para transigir em torno das condições legais (§ 1º) ou judiciais (§ 2º) do art. 89 da Lei n. 9.099/1995, 'desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado'.

2. Não há óbice legal ou lógico a que, a par das condições legais, se celebre acordo por meio do qual, nos termos do art. 89, § 2º, da Lei n. 9.099/1995, o réu assuma obrigações equivalentes, do ponto de vista prático, a penas restritivas de direitos (tais como a prestação de serviços comunitários, o fornecimento de cestas básicas a instituições filantrópicas ou a prestação pecuniária à vítima), visto que tais injunções constituem tão somente condições para sua efetivação e como tais são adimplidas voluntariamente pelo acusado.

3. Recurso não provido."

(RHC 55.119/MG, Rel. p/ Acórdão Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 06/05/2015.)

In casu, as condições propostas pelo *Parquet* – a possibilidade do recorrido efetuar prestação pecuniária à entidade beneficente, ou prestação de serviços à comunidade – estão em perfeita consonância com os princípios da proporcionalidade e da adequação, que regem o instituto da suspensão condicional do processo.

Todavia, o magistrado de primeiro grau excluiu as referidas condições tão somente com base no fundamento de que o MP não pode propor condições diversas das previstas no art. 89 da Lei n. 9.099/95.

Nesse contexto, tem-se que o entendimento manifestado pela Corte de origem está em confronto com a jurisprudência deste Pretório.

Ante o exposto, **dou provimento** ao recurso especial, para admitir a

Superior Tribunal de Justiça

proposição de prestação pecuniária e/ou prestação de serviços à comunidade como condição para a suspensão condicional do processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

